



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

13.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO Nº0000126-51.2013.8.17.0000 (0275058-1/01)

RECORRENTE(S): Município de Jaboatão dos Guararapes

RECORRIDO(S): RADNOR Comércio e Serviços de Equipamentos de Radiocomunicação

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. AÇÃO MONITÓRIA. CABIMENTO. FAZENDA PÚBLICA. CONTAGEM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa de lavra desta relatoria, exarada nos autos da Apelação nº 0275058-1, que negou provimento ao recurso (autos em apenso fls. 87/89).

- O recorrente, nas razões recursais, busca, em síntese, rediscutir toda a matéria trazida no recurso de apelação. Ou seja, limitou-se a negar o cabimento de ação monitoria em face da Fazenda Pública.

- Afirma, ainda, que caso assim não entenda esta Colenda Câmara de Direito Público, deve-se observar que a sentença proferida pelo MM. Juízo a quo e mantida pelo Desembargador Relator entendem pela aplicação de juros de mora a partir do vencimento das mencionadas parcelas, o que deve ser modificado, vez que os juros moratórios devem ser calculados a partir da data da citação em consonância com o art. 219 do CPC c/c 405 do CC/02. Assim, requer a reforma total da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em apenso.

- Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

- No presente caso, tenho que não merece guarida a insurgência do recorrente. Senão vejamos.

- Já há alguns anos, doutrina e jurisprudência superaram a tese do descabimento do rito monitorio contra a Fazenda Pública, como demonstra a farta jurisprudência sobre a matéria, bem como a edição da súmula 339 do Superior Tribunal de Justiça.

- É plenamente cabível a ação monitoria para constituir título executivo em detrimento de pessoas de Direito Público. Ao contrário do que já se alegou - e do que o Município sustenta presentemente -, a ação monitoria não tem incompatibilidade com a sujeição dos débitos fazendários ao expediente dos precatórios. Isto porque, a despeito de preparar um título executivo para execução vindoura, a via monitoria não é, propriamente, executória, mas uma ação com efeitos eminentemente constitutivos. Logo, não existe implicação do patrimônio público nesse momento.

- Somente no futuro, com a efetiva execução, é que o erário será tocado pela atuação jurisdicional. E, quando isto acontecer, o feito executório terá trâmite idêntico ao de qualquer outra execução em face da Fazenda. Inclusive, se for o caso, com pagamento por meio de precatório.

- Diante dessas razões, nossa jurisprudência superior, nos últimos anos, tem sido fragorosamente favorável ao cabimento de ações monitorias em detrimento da Fazenda, conforme a referida Súmula de nº 339: "É cabível ação monitoria contra a Fazenda Pública".

- Em relação ao mérito propriamente dito, pelo que se depreende da documentação, a pretensão do apelante está fundamentada na cobrança do contrato de locação e seus aditivos firmados (fls. 17/23) e conforme as notas fiscais expedidas (fls 24/30), cuja autenticidade não foi contestada, no qual o apelante se compromete a pagar os valores descritos no contrato.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

- Observa-se que em nenhum momento o Município impugna qualquer dos documentos apresentados pela parte autora/apelada, tampouco contesta a efetiva prestação dos serviços e o valor cobrado.
- À monitória, basta prova escrita e aparentemente idônea da obrigação, que não constitua, por si só, título com eficácia executiva, e desde que se enquadre nos limites do referido artigo, quanto à sua finalidade, para que o credor possa se valer dessa via.
- Assim, o que impende é a demonstração de uma relação jurídica existente entre as partes, a qual é explicitada pela prova escrita, expressamente exigida.
- Constitui ônus do embargante/apelante a demonstração de prova da inexistência do débito. Ou, pelo menos, evidencie, como início de prova concreta, que os títulos não são exigíveis. O que em momento algum foi evidenciado nos autos.
- A defesa limita-se, como dito, a alegar a impossibilidade de utilização da via monitória.
- Vale salientar que a defesa admitida nos embargos à ação monitória está restrita à discussão acerca do documento trazido como esteio ao pedido condenatório, tratando-se de defesa que busca provimento de natureza constitutiva negativa.
- Por fim, com relação aos juros e correção monetária, correta está a sentença de 1º grau, não merecendo, portanto, qualquer reforma.
- É que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Recurso Especial n. 1.205.946- SP (REsp n. 1.205.946/SP) decidiu que os valores de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei n. 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem.
- Outrossim, acordaram que no período anterior a Lei n. 11.960/09, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.
- No caso em tela, correto o posicionamento adotado na sentença ao considerar que a fixação do termo inicial dos juros depende da liquidez da obrigação. Ou seja, se a obrigação for líquida, como é a hipótese dos autos, os juros serão contados a partir do vencimento da obrigação; se for ilíquida, os moratórios terão como *dies a quo* a citação válida¹.
- Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0275058/01, que figuram como recorrente Município de Jaboatão dos Guararapes e como recorrido RADNOR Comércio e Serviços de Equipamentos de Radiocomunicação,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo interposto, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator

¹ REsp 402.423/RO, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20/02/06).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

34.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO Nº0000126-51.2013.8.17.0000 (0275058-1/01)

RECORRENTE(S): Município de Jaboatão dos Guararapes

RECORRIDO(S): RADNOR Comércio e Serviços de Equipamentos de Radiocomunicação

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa de lavra desta relatoria, exarada nos autos da Apelação nº 0275058-1, que negou provimento ao recurso (autos em apenso fls. 87/89).

O recorrente, nas razões recursais, busca, em síntese, rediscutir toda a matéria trazida no recurso de apelação. Ou seja, limitou-se a negar o cabimento de ação monitória em face da Fazenda Pública.

Afirma, ainda, que caso assim não entenda esta Colenda Câmara de Direito Público, deve-se observar que a sentença proferida pelo MM. Juízo a quo e mantida pelo Desembargador Relator entendem pela aplicação de juros de mora a partir do vencimento das mencionadas parcelas, o que deve ser modificado, vez que os juros moratórios devem ser calculados a partir da data da citação em consonância com o art. 219 do CPC c/c 405 do CC/02. Assim, requer a reforma total da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em apenso.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o breve relatório. Passo a decidir.

VOTO

Através de decisão monocrática proferida na Apelação, fls.105/107 e verso negou-se provimento ao recurso, estando a decisão lançada nestes termos:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No presente caso, tenho que não merece guarida a insurgência do recorrente. Senão vejamos.

Já há alguns anos, doutrina e jurisprudência superaram a tese do descabimento do rito monitório contra a Fazenda Pública, como demonstra a farta jurisprudência sobre a matéria, bem como a edição da súmula 339 do Superior Tribunal de Justiça.

É plenamente cabível a ação monitória para constituir título executivo em detrimento de pessoas de Direito Público. Ao contrário do que já se alegou - e do que o Município sustenta presentemente -, a ação monitória não tem incompatibilidade com a sujeição dos débitos fazendários ao expediente dos precatórios. Isto porque, a despeito de preparar um título executivo para execução vindoura, a via monitória não é, propriamente, executória, mas uma ação com efeitos eminentemente constitutivos. Logo, não existe implicação do patrimônio público nesse momento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Somente no futuro, com a efetiva execução, é que o erário será tocado pela atuação jurisdicional. E, quando isto acontecer, o feito executório terá trâmite idêntico ao de qualquer outra execução em face da Fazenda. Inclusive, se for o caso, com pagamento por meio de precatório.

Diante dessas razões, nossa jurisprudência superior, nos últimos anos, tem sido fragorosamente favorável ao cabimento de ações monitórias em detrimento da Fazenda, conforme a referida Súmula de nº 339: "É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública".

Em relação ao mérito propriamente dito, pelo que se depreende da documentação, a pretensão do apelante está fundamentada na cobrança do contrato de locação e seus aditivos firmados (fls. 17/23) e conforme as notas fiscais expedidas (fls 24/30), cuja autenticidade não foi contestada, no qual o apelante se compromete a pagar os valores descritos no contrato.

Observa-se que em nenhum momento o Município impugna qualquer dos documentos apresentados pela parte autora/apelada, tampouco contesta a efetiva prestação dos serviços e o valor cobrado.

À monitória, basta prova escrita e aparentemente idônea da obrigação, que não constitua, por si só, título com eficácia executiva, e desde que se enquadre nos limites do referido artigo, quanto à sua finalidade, para que o credor possa se valer dessa via.

Assim, o que impende é a demonstração de uma relação jurídica existente entre as partes, a qual é explicitada pela prova escrita, expressamente exigida.

Constitui ônus do embargante/apelante a demonstração de prova da inexistência do débito. Ou, pelo menos, evidencie, como início de prova concreta, que os títulos não são exigíveis. O que em momento algum foi evidenciado nos autos.

A defesa limita-se, como dito, a alegar a impossibilidade de utilização da via monitória.

Vale salientar que a defesa admitida nos embargos à ação monitória está restrita à discussão acerca do documento trazido como esteio ao pedido condenatório, tratando-se de defesa que busca provimento de natureza constitutiva negativa.

Por fim, com relação aos juros e correção monetária, correta está a sentença de 1º grau, não merecendo, portanto, qualquer reforma.

É que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Recurso Especial n. 1.205.946- SP (REsp n. 1.205.946/SP) decidiu que os valores de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei n. 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem.

Outrossim, acordaram que no período anterior a Lei n. 11.960/09, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

35

No caso em tela, correto o posicionamento adotado na sentença ao considerar que a fixação do termo inicial dos juros depende da liquidez da obrigação. Ou seja, se a obrigação for líquida, como é a hipótese dos autos, os juros serão contados a partir do vencimento da obrigação; se for ilíquida, os moratórios terão como *dies a quo* a citação válida¹.

Com essas considerações, não existe qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão transcritória tomada por esta Relatoria. Sendo assim, meu voto é pelo improvimento do presente recurso de agravo, ratificando os termos do decisor ora impugnado. É como voto.

Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator

¹ REsp 402.423/RO, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20/02/06).